



Retorno das atividades presenciais em dois municípios do Rio Grande do Sul: orientações e particularidades dos planejamentos docentes.

Caroline Braga Michel¹

Juliana Silva Cabrera²

Taís Barbosa Rodrigues³

Eixo temático: 10. Alfabetização e pandemia: desafios, aprendizados e perspectiva

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo investigar sobre o retorno das atividades presenciais em dois municípios do Rio Grande do Sul, especialmente no que tange às orientações das secretarias de educação para este retorno e o planejamento de duas professoras alfabetizadoras. Para tanto, foram analisados os decretos municipais de ambos os municípios com as orientações para o retorno presencial, bem como os planejamentos das duas professoras que atuam no ciclo de alfabetização neste período. A análise possibilitou evidenciar que em ambos municípios o retorno dos alunos de forma presencial ocorreu por meio de escalonamento, em meados de maio de 2021, o que exigiu das docentes algumas especificidades na elaboração dos planejamentos, tais como o atendimento à diversidade de níveis de aprendizagem e a periodicidade distinta de frequência das crianças na escola. Além disso, observou-se que as docentes tiveram que planejar, concomitantemente, para o ensino remoto e o presencial, o que gerou uma sobrecarga de trabalho.

Palavras-chaves: Retorno ao ensino presencial; Legislação Municipal; Professora alfabetizadora .

Introdução

A pandemia da Covid-19 não terminou no ano de 2021, mas neste período as escolas retornaram às atividades presenciais com os alunos, seguindo todos os protocolos sanitários e de distanciamento social, regulamentados pelas normativas estaduais e municipais. Este retorno aconteceu, mas com normatizações distintas, dado que cada município teve autonomia em se organizar para o retorno à presencialidade.

Nesse ínterim, o presente trabalho visa analisar o retorno das atividades presenciais em dois municípios do Rio Grande do Sul: Glorinha e Rio Grande. Assim, buscou-se identificar quais foram as orientações das secretarias de educação dos referidos municípios,

¹Doutora em Educação. Professora do Instituto de Educação da FURG. Contato: caroli_brga@yahoo.com.br

²Pedagoga. Especialista em Alfabetização e Letramento. Mestranda no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Contato: julianasilva.cabrera@gmail.com

³ Pedagoga. Especialista em Psicopedagogia com ênfase em Educação Especial. Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Rio Grande (FURG). Contato: taisrod_barbosa@hotmail.com.br

bem como os desafios de duas professoras alfabetizadoras, uma de cada município, no que tange ao planejamento para este período. A professora do município de Rio Grande atuava em uma turma de 3º ano, que tinha 21 estudantes entre os níveis silábico, alfabético e alfabético e uma aluna incluída com diagnóstico de autismo, que necessitava de adaptações curriculares em seu planejamento. Já no município de Glorinha, a professora atuava em uma turma de 2º ano, com 24 estudantes, contendo todos os níveis de aprendizagem, similar a turma de Rio Grande, ambas as turmas eram, portanto, de alfabetização.

O retorno ao presencial foi organizado pelas secretarias de educação, em meados do mês de maio de 2021, sendo que o município de Rio Grande teve as orientações do decreto nº 18.159 de 17 de maio de 2021. Em Glorinha, as escolas foram autorizadas a retomar com as atividades presenciais a partir do decreto municipal nº 5306, 25 de maio de 2021, ambos apresentavam os protocolos de medidas sanitárias e a organização das turmas em Grupos, A, B, C e D.

Como material de análise deste trabalho foram utilizados os decretos dos municípios e os planejamentos cedidos pelas professoras referentes a este período. Ressalta-se que os mesmos estão guardados em arquivos no drive. Trata-se, portanto, de uma pesquisa de cunho qualitativo, cuja metodologia foi a análise documental. Como afirmou Le Goff (1990, p. 110), pelo fato de nunca ser puro e objetivo, o documento deve ser compreendido como um monumento e deve “ser desestruturado, desmontado e desmistificado”. Assim, foi fundamental, durante a análise, observar o contexto social e político em que esses documentos foram produzidos, suas intencionalidades e o lugar social de onde falava o sujeito que o escrevia.

O trabalho está estruturado em três seções. Na primeira seção retoma aspectos sobre a concepção de alfabetização e o trabalho docente. Na segunda seção apresenta como foi o retorno à presencialidade nos dois municípios analisados e, por fim, expõe as conclusões finais.

2 Fundamentação teórica

A alfabetização, como diz Magda Soares (2020, p. 11), não é a aprendizagem de um código, mas de um sistema de escrita que representa os sons da fala, o qual se dá por meio da relação oral e escrita, da convenção do signo linguístico. Para tanto, a compreensão do sistema de escrita alfabética (SEA), faz parte do contexto social e cultural, pois vivemos em uma sociedade grafocêntrica, em que as crianças convivem com as escritas mesmo antes de irem para a escola, formulam hipóteses do que está escrito, questionam, tendo contato com as escritas de diferentes formatos, em diversos ambientes sem estar alfabetizados.

Logo, a alfabetização ocorre dentro de um contexto social e cultural, não ocorrendo de forma isolada, necessitando de interação e de mediação. Contudo:

A atual pandemia veio acrescentar novos desafios, afastando as crianças das escolas e das alfabetizadoras na fase fundamental do processo de escolarização. Por um lado, foi interrompido o processo de alfabetização no início do período em que a interação alfabetizadora-criança é indispensável, pois a aprendizagem do sistema de escrita alfabética depende da compreensão bem orientada das relações oralidade-escrita. Por outro lado, o afastamento das crianças da escola interrompe um processo apenas iniciado de escolarização, em que a criança começa a se inserir na “cultura escolar” (SOARES, 2020, s/p).

O distanciamento da criança do espaço escolar na etapa da alfabetização trouxe grandes desafios para o docente e o discente, posto que a mediação das atividades pedagógicas planejadas pelo professor necessitava do auxílio de um adulto para ser realizada, que não seria o professor.

Embora distintas estratégias tenham sido implementadas pelos professores nesse período de ensino remoto, com o retorno à presencialidade teve-se a esperança de que tudo voltaria “ao normal”. Todavia, Ferreira; Michel; Nogueira (2022, p. 120) indicam que no retorno às aulas presenciais, as professoras e alunos tiveram que se adaptar a um “novo normal”. Além disso, as demandas docentes foram ampliadas e os desafios permearam o fazer docente, haja visto que “O retorno às aulas presenciais teve, e ainda tem como desafio, promover atividades de acolhimento às professoras alfabetizadoras e a seus alunos, e não se reduzir a planos de andamento do calendário escolar e aos protocolos de segurança”.

Nesse contexto de retorno às aulas presenciais, portanto, as professoras tiveram que reorganizar o trabalho docente alfabetizador tendo como ponto de partida o momento social em que todos se encontravam de angústia, de medo, de insegurança; os diferentes níveis de aprendizagens das crianças haja vista a dificuldade de muitas ao acesso à internet (MACEDO, 2022); os distintos protocolos sanitários como o uso da máscara e o distanciamento físico; o rezamento dos estudantes nos encontros presenciais, entre outros. Alfabetizar em meio a todas essas demandas trouxe implicações diretas para a atuação das professoras participantes deste estudo e para seus planejamentos, uma vez que planejar é um ato participativo e deve surgir das necessidades próprias de um grupo (MENEGOLLA e SANT’ANNA, 2014). São os elementos referentes às realidades em que atuaram que são descritas na seção seguinte.

4. Resultados e Discussão

Considerando as especificidades das duas realidades analisadas, optou-se por

apresentá-las separadamente. Assim, primeiramente será apresentado sobre o retorno das atividades presenciais no município de Glorinha e, posteriormente, em Rio Grande.

4.1 Glorinha em Pauta

No município de Glorinha, o decreto nº 5306, 25 de maio de 2021, apresentou a organização e o cronograma de volta às aulas presenciais na rede de ensino municipal, como se observa na imagem abaixo.

Imagem1: orientações ao retorno ao presencial em Glorinha

Cronograma Volta às aulas	Turmas	Período	Tempo	Capacidade de Ocupação
A partir de 31 de Maio	Berçário	2ª a 6ª Feira	4 horas	25% da capacidade da sala

DOE ÓRGÃOS, DOE SANGUE: SALVE VIDAS*AV. DR. POMPÍLIO GOMES SOBRINHO, 23.400 – CENTRO – CEP: 94380-000 – FONE/FAX: 0XX(51)3487-1020 email: prefeitura@glorinha.rs.gov.br
R. POMPÍLIO GOMES SOBRINHO, 23.400 – CENTRO – CEP: 94380-000 – FONE/FAX: 0XX(51)3487-1020 email: prefeitura@glorinha.rs.gov.br



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE GLORINHA

A partir de 07 de Junho	Maternal	2ª a 6ª Feira	4 horas	25% da capacidade da sala
A partir de 14 de Junho	Pré I e II	4 dias na semana	3 horas	25% da capacidade da sala
A partir de 21 de Junho	Anos Iniciais	1 dia na semana	3 horas	Estudantes que não possuem acesso às aulas online, respeitando o limite (COE)
A partir de 28 de Junho	Anos Finais	2ª a 6ª Feira	2 horas	Estudantes que não possuem acesso às aulas online, respeitando o limite (COE)

Fonte: Decreto nº 5306, 25 de maio de 2021.

Como é perceptível na imagem acima, o retorno dos estudantes respeitou as etapas da educação básica e foi gradual, sendo que em agosto os estudantes do Ensino Fundamental e Anos Finais passaram a frequentar a escola três dias da semana e em setembro todos os dias da semana. Nessas duas etapas, a prioridade de retorno era para os estudantes que não possuíssem acesso às aulas online, sendo que o quantitativo de estudantes presenciais em sala deveria respeitar a capacidade máxima de ocupação da sala de aula, conforme o decreto. Sobre isso, o documento sugere a divisão da turma em 4 grupos, A, B, C, D, conforme a realidade da escola, sendo que estes grupos devem respeitar o escalonamento e a sequência da dinâmica da semana (ensino remoto ou presencial).

Essa organização implicou no escalonamento das crianças da turma de 2º ano em que a professora atuava por grupo A, B e C, em virtude do total de alunos (24 alunos),

sendo que o grupo A e B foram separados por níveis de aprendizagem pela equipe diretiva da instituição e o Grupo C eram os alunos que o pais não autorizaram o retorno ao presencial (teve dois alunos que concluíram o ano remotamente, os pais justificaram com atestado médico o não retorno). Respeitando essa dinâmica, portanto, quinzenalmente o grupo A tinha contato com a professora presencialmente na escola, enquanto o grupo B levava os blocos de atividades impressas para serem realizadas em casa. Observa-se pelos planejamentos o registro da professora de tentar, em algumas semanas, realizar encontros via Google *meet* com os estudantes que estavam em casa.

Percebe-se, também, pelos planejamentos que esse foi um momento difícil, de muita sobrecarga de trabalho, haja vista a necessidade de planejar, semanalmente, atividades para níveis diferentes de alfabetização, para as crianças que estavam no ensino presencial e para as que estavam no ensino remoto. Logo, a professora tinha que preparar três planejamentos distintos. Situação essa que vai ao encontro dos dados obtidos em outras pesquisas, corroborando a realidade de outras professoras alfabetizadoras neste momento de retorno às atividades presenciais:

As professoras, por sua vez, precisaram elaborar planejamentos, estratégias avaliativas e de acompanhamento para as crianças que passaram a frequentar a escola; a enviar, para aquelas que não tinham acesso à internet, atividades impressas; atender virtualmente àquelas que continuaram em ensino remoto e orientar as famílias quanto às atividades enviadas para serem realizadas em casa, entre outros aspectos (FERREIRA; MICHEL, NOGUEIRA, 2022, p.120).

Além destas especificidades, a professora tinha que adiantar seu planejamento para três semanas, pois como os grupos eram separados por níveis, tinham que ser atividades diferenciadas por blocos. Há o registro nos planejamentos, de que todos eles eram impressos. Nota-se, também, pela análise dos documentos, uma diferença substancial entre os planejamentos, uma vez que nos planejamentos dos encontros presenciais eram utilizados recursos, jogos e atividades práticas. O que, sem dúvida, ocasionou uma diferença no que tange às práticas alfabetizadoras ofertadas para os alunos que estavam presencialmente nas escolas.

4.2 Rio grande em Pauta

No decreto nº 18.159 de 17 de maio de 2021, do município de Rio Grande, foram expressas normas em relação às medidas sanitárias que deveriam ser adotadas nas escolas para a prevenção do coronavírus, bem como as condições para o desenvolvimento do trabalho (cumprimento de um metro de distanciamento entre as pessoas presentes em ambientes fechados, conservação da ventilação natural e o uso obrigatório de máscara de

proteção facial).

As escolas apresentaram autonomia para a organização de seu plano de contingência sanitária, construindo-o conforme as especificidades da sua comunidade escolar, no entanto, era necessário seguir as orientações vigentes, como mostra a imagem abaixo:

Imagem3: Orientações para o retorno presencial em Rio Grande

Art. 1º Fica alterada a redação do artigo 2º do Decreto nº [17.956](#), de 14 de janeiro de 2021, que passa a vigor com a seguinte redação:

"Art. 2º Ficam instituídos protocolos sanitários e as medidas preventivas a serem adotadas para a prevenção do coronavírus (COVID-19) para o retorno das atividades presenciais de ensino a serem observados pelas instituições da rede privada e da rede pública de ensino em todos os graus, nos termos deste Decreto. (NR)"

Art. 2º Fica alterada a redação do "caput" e do parágrafo 4º do artigo 3º do Decreto nº [17.956](#), de 14 de janeiro de 2021, que passam a vigor nos seguintes termos:

"Art. 3º Poderão realizar atividades presenciais de ensino, de apoio pedagógico ou de cuidados a crianças e a adolescentes, conforme as condições, o teto de operação, o modo de operação e os demais limites, restrições e medidas definidos neste Decreto e em Portaria Conjunta da Secretaria Estadual da Saúde e da Secretaria Estadual da Educação, as instituições e os estabelecimentos da rede privada e da rede pública de ensino em todos os graus, que preencham, cumulativamente, os seguintes requisitos:

(...)

Fonte: Decreto nº 18.159 de 17 de maio de 2021

Na escola em que a professora participante deste estudo trabalhava, a coordenação pedagógica organizou uma escala para os alunos tendo em vista a realidade de cada turma. Assim, dos 21 alunos matriculados na turma de 3º ano, 12 alunos retornaram ao ensino presencial e 9 continuaram de forma remota. Conforme os registros dos planejamentos, os estudantes que as famílias optaram pelo ensino presencial foram divididos em dois grupos, seguindo um "rodízio" semanal. Como os grupos apresentavam níveis de aprendizagem semelhantes, os alunos foram distribuídos sem nenhuma categorização específica, seguindo apenas a ordem cronológica do registro de frequência. Enquanto os estudantes do grupo A frequentavam presencialmente a escola, os estudantes do grupo B desenvolviam as atividades de forma remota.

As famílias dos alunos que optaram para que eles permanecessem no ensino remoto buscavam quinzenalmente os materiais impressos na secretaria da escola em dia e horário específico. Entretanto, é perceptível por meio dos registros feitos nos planejamentos que nem todos os pais buscavam as atividades impressas, ou ainda, que não haviam trazido as atividades encaminhadas anteriormente porque o aluno havia apresentado resistência e desinteresse para a resolução das atividades propostas. É elucidativo a esse respeito o seguinte registro: "A mãe do estudante "x" disse para a diretora que ele não quer fazer as

atividades, que está muito difícil” (PLANEJAMENTO, Junho de 2021).

Também se evidencia, por meio dos planejamentos, que estes alunos tinham assegurados atendimentos virtuais uma vez por semana. O que denota, novamente, a sobrecarga de trabalho da professora em atender os alunos tanto de forma remota quanto presencial. Todavia, observa-se, para o caso desta professora que os materiais impressos para os estudantes que estavam no ensino remoto eram os mesmos que constavam no planejamento destinado aos alunos que estavam presentes na escola. Ainda assim, a dinâmica assumida no município gerou um aumento das tarefas docentes visto que, frente a essa organização era necessário acompanhar três grupos distintos: o presencial, o híbrido e o remoto.

Uma especificidade neste município parece ter sido a aquisição de uma plataforma digital para o preenchimento de informações, por parte dos professores, a saber, a *Portabilis*. Na mesma eram registrados os planejamentos, a frequência dos alunos, os diários de classe, a justificativa de ausência e os planos de ensino, além de outras demandas da secretaria. Atividade essa que se somava aos planejamentos, aos atendimentos síncronos, a correção das atividades, ao atendimento aos familiares, entre outras tarefas, e que, ao que parece, imperaram sob as necessidades pedagógicas dos estudantes.

5 Considerações Finais

O presente trabalho evidencia que o retorno ao presencial exigiu das secretarias de educação uma dinâmica e organização específica, a qual foi instituída por meio de decretos em ambos os municípios. Tais documentos orientavam quanto aos protocolos sanitários, assim como a dinâmica possível para que os estudantes pudessem retornar ao ensino presencial, sendo o escalonamento a principal estratégia encontrada em ambos os casos.

A adoção dessa medida, por um lado, possibilitou a retomada das atividades presenciais, com cuidados e protocolos, e, por outro lado, trouxe uma sobrecarga de trabalho aos professores, especialmente como se notou no decorrer deste texto, aos professores alfabetizadores. Desse modo, as professoras precisaram se organizar e criar estratégias para atender as demandas de vários grupos ao mesmo tempo não só no que diz respeito às especificidades do processo de alfabetização (atividades diferenciadas por níveis de aprendizagem), mas em termos de planejamento e de reserva de tempo. Isto porque, atendiam aos grupos A, B, C, como no caso da professora de Glorinha, e mais os estudantes que optaram por permanecer no ensino remoto.

Por mais que os municípios tenham organizado o retorno de forma gradual e com

escalonamento, por conta da necessidade do distanciamento e dos protocolos sanitários, o que se sobressaiu foi a demanda de trabalho de trabalho destinada aos professores. Essa situação parece ser ampliada no município de Rio Grande, em que a professora parece dedicar mais tempo às ações burocráticas (como o preenchimento da plataforma adquirida) do que para atender as demandas de aprendizagens do seu grupo de estudantes.

Em linhas gerais, observa-se que a elaboração do planejamento por blocos, como no município de Glorinha, exigia do professor sempre uma projeção do que seria trabalhado nas próximas três semanas, “um planejar para o futuro”, sem acompanhar necessariamente o momento e o desenvolvimento presente das crianças.

Sabe-se da importância deste retorno gradual, era um período temido por todos: estudantes, professores, famílias. Certamente este foi um momento de reencontro, de estabelecer novos laços, de reinvenções por parte dos professores e das crianças. Todavia, ao que parece, a partir das duas redes de ensino analisadas, é que este foi mais um momento desafiador e de sobrecarga de trabalho para os professores alfabetizadores.

Referências

FERREIRA, Carmen Regina Gonçalves; MICHEL, Caroline Braga; NOGUEIRA, Gabriela Medeiros. **O “novo normal” no cotidiano das escolas: desafios para alfabetização na perspectiva de duas professoras.** Revista Linhas, v. 23, n. 51, p. 112-139, 2022.

FERREIRA, Lucia Gracia; FERREIRA, Lucimar Gracia ; ZEN, Giovana Cristina. **ALFABETIZAÇÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA: PERSPECTIVAS PARA O ENSINO DA LÍNGUA MATERNA** . fólho – Revista de Letras, [S. l.], v. 12, n. 2, 2021. DOI: 10.22481/folio.v12i2.7453. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/folio/article/view/7453> Acesso em: 19 de maio. 2023.

GLORINHA, RS. **Decreto nº 5306, de 25 de maio de 2021.** Institui o cronograma das atividades presenciais da rede Pública Municipal de Ensino e da Outras Providências. Disponível em: <https://padlet.com/anosfinaisglorinha/ped-anos-finais-al7mdvep37x8yd9e>

JARDIM, Anna Carolina Salgado; PEREIRA, Viviane Santos. **Metodologia qualitativa: é possível adequar as técnicas de coleta de dados aos contextos vividos em campo.** In: Sociedade brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, SOBER 47º Congresso, Porto Alegre. 2009.

JOVCHELOVITCH, Sandra; BAUER, Martin W. Entrevista Narrativa. In: Martim W. Bauer, George Gaskell (orgs.) **Pesquisa qualitativa com texto: imagem e som: um manual prático.** 9 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

LE GOFF, Jacques. **História e memória.** Tradução de Bernardo Leitão [et al]. Coleção Repertórios. Campinas: UNICAMP, 1990. Coleção Repertórios.

MACEDO, Maria do Socorro Alencar Nunes (org.). **Retratos da alfabetização na pandemia da COVID-19: Resultados de uma pesquisa em Rede**. 1 ed. São Paulo: Parábola, 2022. E-book. Disponível em: <https://www.dropbox.com/s/1yui7iko11h6h4s/Retratos.pdf?dl=0>. Acesso em: 5 jun 2023.

RIO GRANDE, RS. **Decreto nº 18.159, de 17 de maio de 2021**. Institui protocolos sanitários e as medidas preventivas a serem adotadas para a prevenção do coronavírus (COVID-19) para o retorno das atividades presenciais de ensino. Disponível em: <https://www.riogrande.rs.gov.br/pagina/wp-content/uploads/2021/05/Decreto-18.159-Altera-DEcreto-17.956.pdf>

SOARES, Magda. Como fica a alfabetização e o letramento durante a pandemia? Canal Futura. LOBO, Emy. Publicado em: 08/09/2020. Disponível em: <https://www.futura.org.br/como-fica-a-alfabetizacao-e-o-letramento-durante-a-pandemia/> Acesso em: 20 de maio de 2023.